

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS  
GABINETE DA DEPUTADA ESTADUAL ALESSANDRA CAMPÊLO DA SILVA  
COMISSÃO ESPECIAL

---

**VETO GOVERNAMENTAL Nº. 12/2018 ao PROJETO DE LEI Nº. 112/2016**, oriundo da **MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº. 09/2018**.

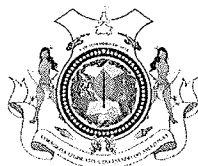
**RELATORA:** Deputada **ALESSANDRA CAMPÊLO DA SILVA**

## **I. RELATÓRIO**

O Governador do Estado do Amazonas, Amazonino Armando Mendes, através da **Mensagem nº. 09/2018**, submeteu à apreciação dessa Casa Legislativa os Motivos do **Veto Total nº. 12/2018 ao Projeto de Lei n. 112/2016**, que “*DISPÕE sobre a obrigatoriedade de inspeção predial em todos os condomínios habitacionais e comerciais, no âmbito do Estado do Amazonas, a cada 05 (cinco) anos e dá outras providências.*”, embasando seu posicionamento em supostos **VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL ORGÂNICA e VÍCIO MATERIAL**, conforme razões jurídicas contidas no **Parecer n.º 482/2017-PA/PGE**, aprovado pelo Procurador-Geral do Estado.

Os fundamentos jurídicos apontados pela Procuradoria do Estado do Amazonas para fundamentar o Veto do Governador do Estado foram:

- **Art. 24, I, CF/88:** Competência da União e do Município para legislar sobre direito urbanístico;
- **Art. 22, XVI, CF/88:** Competência privativa da União para legislar sobre as condições para o exercício de profissões;
- **Art. 30, VIII, CF/88 c/c art. 182, CF/88 e Lei n.º 10.257/2001 (Estatuto das Cidades):** Competência municipal para disciplinar sobre o adequado ordenamento territorial, mediante o planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, e para execução política de desenvolvimento urbano.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**GABINETE DA DEPUTADA ESTADUAL ALESSANDRA CAMPÊLO DA SILVA**  
**COMISSÃO ESPECIAL**

---

- **Princípio da isonomia:** Desrespeito ao princípio da isonomia, ao reduzir sua abrangência aos condomínios habitacionais e comerciais do Estado, excluindo de fiscalização prédios públicos e outras edificações verticais e horizontais.

Considerando os motivos elencados acima, apresento Relatório acerca do Veto Governamental, para apreciação e votação do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Em cumprimento à função de RELATORIA do mencionado Veto, passo a opinar.

## **II. FUNDAMENTAÇÃO**

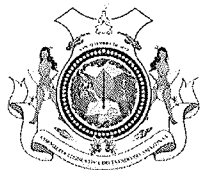
Os argumentos sustentados na tentativa de arguir suposto vício de iniciativa frente à matéria de competência legislativa privativa do Chefe do Executivo não devem prosperar, pelas razões abaixo.

De acordo com o parecer apresentado pelo Governador do Estado, a matéria do Projeto de Lei discutido é dotada de vício de iniciativa, posto que supostamente invada a competência da União e do Município para legislar sobre direito urbanístico, a competência privativa da União para legislar sobre as condições para o exercício de profissões, e a competência municipal para disciplinar sobre o ordenamento territorial, conforme art. 24, I, art. 22, XVI e art. 30, VIII, respectivamente, todos da CRFB/88.

O primeiro ponto levantado refere-se ao art. 24, I, CF/88, *in verbis*:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;*  
**(grifos nossos)**



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**GABINETE DA DEPUTADA ESTADUAL ALESSANDRA CAMPÊLO DA SILVA**  
**COMISSÃO ESPECIAL**

---

De acordo com o entendimento contido no Veto Governamental, uma das razões para haver vício de inconstitucionalidade seria o fato de que o Estado não poderia legislar sobre a matéria, visto que a competência seria da União e do Município.

Tal fundamento encontra fim em si mesmo, posto que baste a simples leitura do dispositivo constitucional para verificar que, na realidade, a competência é concorrente entre União, Estado e Distrito Federal e que quem não se enquadra no rol competente para legislar sobre a matéria é o Município.

Desse modo, não há razão de ser acatado tal fundamento, vislumbrada a competência legislativa do Estado nessa seara.

Noutro momento, o Veto passa a atacar a suposta invasão da competência legislativa da União sobre condições profissionais. No entanto, de modo algum deve ser entendido como verdadeira tal alegação, visto que o Projeto de Lei apresentado e aprovado por esta Casa de modo algum tentou usurpar da competência da União e muito menos atribuir funções a uma categoria profissional.

O que se intentou foi nada mais que a regularização de uma nova forma de fiscalização que beneficiasse a população amazonense, evitando riscos estruturais de serem tão recorrentes em imóveis prediais.

Assim, passamos ao último fundamento trazido para se tentar justificar o vício de inconstitucionalidade formal orgânica.

Segundo o alegado, a proposta legislativa viola competência municipal para disciplinar sobre o adequado ordenamento territorial, mediante o planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, e para execução política de desenvolvimento urbano.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com traços fluidos e uma inicial proeminente.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**GABINETE DA DEPUTADA ESTADUAL ALESSANDRA CAMPÊLO DA SILVA**  
**COMISSÃO ESPECIAL**

---

No entanto, em momento algum esse foi o cerne da questão tratada pelo Projeto de Lei ora discutido, de modo que a alegação contida no Veto a este respeito deve ser nada mais do que rejeitada pelos senhores parlamentares.

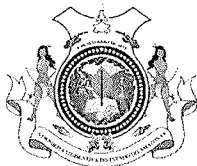
Convém dizer, portanto, que a tentativa infundada de atacar pontos não suscitados em matéria legislativa diz mais sobre a tentativa do Governo do Estado de usurpar competência legislativa desta Assembleia do que sobre inconstitucionalidade do dispositivo, a qual vale ressaltar, em momento algum pôde ser aferida.

Ademais, o último dos fundamentos do Veto apresentado menciona suposto VÍCIO MATERIAL, com base no princípio da isonomia, uma vez que o Projeto reduz “sua abrangência aos condomínios habitacionais e comerciais do Estado, excluindo de fiscalização, sem justificativa, prédios públicos e outras edificações verticais e horizontais que, igualmente, devido ao tempo de sua estrutura e instalação possam representar perigo de desabamento e por em risco a segurança de seus moradores.”, conforme disposto no Parecer aprovado pela PGE-AM.

Ora, ainda que tal fundamento tenha o condão de invalidar o projeto apresentado pelo nobre parlamentar, verifica-se que ele serve ao exato contrário, ao passo em que entende que, na verdade, é de tamanha importância à manutenção predial dos imóveis do Estado, que deveria inclusive abranger aos imóveis públicos.

Desse modo, o Governo entende e repercute que a fiscalização é necessária ao interesse público e apenas endossa nosso posicionamento de que deve ser adotado, a fim de prover a devida segurança estrutural necessária.

Assim, com base nos fundamentos acima expostos, entendo que a derrubada do Veto Governamental é juridicamente viável, além de importar em afirmação da competência da Assembleia Legislativa para realizar seu papel institucional de legislar em prol dos interesses regionais.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**GABINETE DA DEPUTADA ESTADUAL ALESSANDRA CAMPÊLO DA SILVA**  
**COMISSÃO ESPECIAL**

---

**III. VOTO**

Em razão do exposto e observando os critérios estipulados pelo Art. 33, §3º, da Constituição do Estado do Amazonas, manifesto-me pela **DERRUBADA DO VETO GOVERNAMENTAL nº. 12/2018 ao Projeto de Lei n. 112/2016**, conclamando o apoio dos nobres colegas deputados, no sentido de alcançar a MAIORIA ABSOLUTA dos votos desta Casa, necessários para derrubada do Veto Governamental imposto e fundamentadamente incabível.

**PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus/AM, 20 de fevereiro de 2018.

Assinatura manuscrita da deputada Alessandra Campêlo da Silva.

---

**ALESSANDRA CAMPÊLO DA SILVA**

DEPUTADA ESTADUAL

MDB